

A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM PORTUGAL: CONTRIBUTOS PARA UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

JOAQUIM BAIRRÃO

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

TERESA VASCONCELOS

Departamento da Educação Básica

Pretende-se analisar, numa perspectiva histórica, a evolução da educação pré-escolar em Portugal. Faz-se uma extensa descrição das linhas conceptuais, programáticas e organizacionais produzidas no pós- 25 de Abril de 1974 e apontam-se os modelos curriculares mais praticados pelos profissionais.

O presente trabalho pretende proporcionar uma panorâmica ampla sobre a educação pré-escolar em Portugal. Procurou-se dar grande relevo a uma análise histórica. Uma consciência das nossas raízes contribui para nos ajudar a entender caminhos andados quando procuramos futuros novos para este nível crucial de ensino.

Evolução histórica

A educação infantil em Portugal passou por estádios de evolução semelhantes aos de outros países europeus, embora com um significativo atraso no que se refere particularmente à implantação e ao número de jardins de infância oficiais. Tal evolução acompanhou naturalmente a sequência de acontecimentos políticos e económicos que caracterizaram a história portuguesa desde o século XIX, altura em que foram criados os primeiros jardins de infância.

Dos asilos da infância desvalida à influência de Froebel

Embora seja o século XIX o período mais importante para o desenvolvimento da educação pré-escolar, ao qual não é indiferente a progressiva industrialização e o aumento do trabalho feminino, bem como a existência de grupos carenciados, Ramirez, Penha e Loff (1988) vão filiar esta perspectiva assistencial de apoio à família e, conseqüentemente, de apoio às crianças, nos séculos XV e XVI:

"A assistência social surge em Portugal desde tempos remotos. A criação das Misericórdias pela Rainha D. Leonor (1458-1525) marca o aparecimento de estruturas vocacionadas para a prática de obras de caridade, destinadas aos pobres, enfermos, órfãos, presos, etc. Tais obras estavam intimamente ligadas a princípios de caridade cristã (p. 9)".

Voltando ao século XIX, ainda durante a monarquia, considera-se que as primeiras instituições designadas especificamente para crianças até aos 6 anos datam de 1834. Pertencendo à iniciativa privada, tinham preocupações sociais de tipo asilar, sendo destinadas a crianças de classes sociais desfavorecidas e circunscrevendo-se às grandes cidades. Algumas destas instituições ainda estão em funcionamento, e muitas mantiveram-se até muito recentemente com as mesmas características. Foi no reinado de D. Pedro V que se constituiu a Sociedade das Casas de Asilo da Infância Desvalida para crianças de ambos os sexos: “desde que acabada a criação de leite (meninos até aos sete anos e meninas até aos nove), para que os pais e mães de família se ocupassem da sua lida diária e não deixassem os seus filhos ao abandono” (Federação Nacional dos Professores, 1ª Conferência Nacional de Educação Pré-Escolar, 1991, p. 4).

Uma data é particularmente importante no que diz respeito à educação pré-escolar nos tempos anteriores à Primeira República: 1882. Foi nesse ano que, por altura das comemorações do centenário do nascimento de Froebel, abriu, em Lisboa, o primeiro jardim de infância oficial, cujo edifício ainda hoje se encontra praticamente intacto no Jardim da Estrela. Nesse mesmo ano é criada a Associação das Escolas Móveis pelo Método João de Deus¹⁹. As ideias e os princípios de Froebel, juntamente com os de João de Deus Ramos, influenciaram os responsáveis pela Educação durante alguns anos; o nome de Froebel chegou mesmo a ser mencionado no Parlamento por um deputado do Porto, Rodrigues de Freitas que, em 1879, advogava a necessidade da educação pré-escolar, chamando assim a atenção do governo, que, por sua vez, atribuiu um orçamento especial às autoridades locais para a implementação de jardins de infância. Supõe-se que em 1880 abriu no Porto um outro jardim de infância com orientação Froebel, sendo difícil de confirmar se realmente chegou a funcionar²⁰. No entanto, e tendo em conta o interesse crescente pela educação pré-escolar, alguns professores do ensino primário do Porto foram mandados para fora do país, nomeadamente para a Suíça, tendo em vista a obtenção de mais conhecimentos na área da educação pré-escolar, uma vez que nesta altura as únicas escolas oficiais vocacionadas para a formação de professores a funcionar no país se destinavam à formação dos professores do ensino primário.

Por esta altura e embora só um, ou talvez dois jardins de infância tivessem sido fundados, muitos políticos e homens e mulheres de cultura estavam já cientes da importância da educação infantil, desenvolvendo um grande movimento em prol da infância. O nome de José Augusto Coelho merece aqui uma referência especial. Conhecido como um dos primeiros pedagogos modernos, foi autor de uma extensa bibliografia sobre ensino e educação. Numa das suas obras (Coelho, 1893), analisa algumas das principais dimensões da educação do indivíduo e menciona um currículo para a “escola infantil”, orientado para crianças de três aos oito anos de idade, enunciando os princípios fundamentais em que se deve basear um currículo deste tipo. São referidas todas as áreas do desenvolvimento: psicomotor, emocional, social, estético e intelectual. De acordo com o autor, a educação infantil teria que ser uma experiência agradável para a criança, proporcionando-lhe conforto e segurança, embora preocupações relativas ao seu desenvolvimento social e à preparação para as tarefas da escola primária estivessem também presentes.

Para além deste interessante projecto para uma “escola infantil”, foi publicada alguma legislação sobre educação infantil (Diário do Governo, nº 141 de 27 de Junho de 1896), relativa aos objectivos da educação pré-escolar e à formação de educadores.

Embora neste trabalho tenhamos sobretudo em mente as estruturas pré-escolares para crianças entre os três e os cinco anos de idade, não podemos deixar de referir que, já em 1891, existiu legislação de cariz assistencial ou, como diríamos hoje, destinada à prestação de cuidados para crianças da classe trabalhadora²¹.

Os ideais republicanos e o ensino infantil

A 5 de Outubro de 1910, aquando da proclamação da República, 75% da população portuguesa era analfabeta. O idealismo dos homens da Primeira República levou-os a enunciar prioridades em relação à educação. Algumas das suas grandes preocupações consistiam na elevada taxa de analfabetismo na população adulta, na falta de escolas primárias no país e no desejo de implementação de jardins de infância. Estas medidas vinham expressas no Programa do Partido Republicano (Boletim do Partido Republicano Português, 1915). Em 1911, duas leis integram a essência das ideias da Primeira República acerca da educação infantil, estabelecendo os fundamentos daquilo que ela deveria ser no que se referia aos objectivos, programa, qualificações de professores, etc. Segundo Ferreira Gomes (1977), um Decreto do Ministério do Interior de 29 de Março de 1911, estabelece a existência do ensino infantil, “o qual é comum aos dois sexos e tem em vista a educação e desenvolvimento integral físico, moral e intelectual das crianças desde os quatro aos sete anos de idade, com o fim de lhes dar um começo de hábitos e disposições, nos quais se possa apoiar o ensino regular da escola primária (art. 5.º) (p. 55)”. O Decreto subsequente (23 de Agosto de 1911) aprova o programa das escolas infantis. Estas leis também estabeleceram que outras instituições para a infância, principalmente as de tipo asilar, pertencentes às autoridades locais ou do governo central, deveriam ser transformadas em jardins de infância.

Será curioso referir que os Decretos-lei do Ministério do Interior de então (1911) estabeleciam como um dos objectivos prioritários o desenvolvimento intelectual das crianças:

“f) o desenvolvimento da inteligência;

g) o desenvolvimento harmónico de todas as faculdades físicas, morais e intelectuais, dando-se à criança ideias úteis, justas, exactas, de tudo o que, sem constrangimento, elas possam compreender e conservar, como auxiliar e preparatório para entrar na escola primária” (Gomes, 1977, p. 59).

Esta preocupação com o desenvolvimento intelectual das crianças e com a preparação para a escola só muito mais tarde será introduzida nos objectivos da educação pré-escolar a nível mundial. Entre nós tal preocupação não surge verdadeiramente explicitada no Estatuto dos Jardins de Infância (Decreto-Lei nº 542/79), o qual não contempla os objectivos de tipo intelectual ou de desenvolvimento cognitivo.

No entanto, e apesar da grande preocupação dos republicanos em legislar, muito pouco foi feito devido principalmente à situação económica caótica do país, à alta percentagem de analfabetismo e à instabilidade política (46 governos em 16 anos). De 1910 a 1926 foram criados somente 12 novos jardins de infância: sete jardins oficiais no Porto, quatro privados tipo João de Deus (em Coimbra, Figueira da Foz, Alcobaça e Lisboa) e a Escola Israelita.

Durante os primeiros anos da Segunda República (1926-1937) ainda foram criadas doze escolas infantis oficiais. De salientar o papel desempenhado por Irene Lisboa (1892-1958), professora do ensino primário, posteriormente especializada em educação infantil, escritora e pedagoga, membro do Movimento da Seara Nova. Conjuntamente com Ilda Moreira criou as secções de educação infantil das Escolas da Tapada da Ajuda em Lisboa, tendo sido depois inspectora do ensino infantil. Irene Lisboa divulgou amplamente o pensamento de Montessori, Décroly, Dewey (*Modernas Tendências da Educação*, Cosmos, 1944)⁴⁹ e propõe um programa de educação infantil o qual, bebendo das ideias do Movimento da Escola Nova Europeia, se inscrevia no melhor da cultura portuguesa de então. Impedida de leccionar a partir de 1937, é obrigada a reformar-se, dedicando os últimos anos da sua vida a escrever sobre temas pedagógicos e literários.

O Salazarismo e a des-responsabilização pela educação infantil

Em 1937 é promulgado o famoso Dec.-Lei nº 28.081 de 9 de Outubro, no qual o Governo de Salazar, através do seu Ministro da Educação, Carneiro Pacheco, a pretexto da grande recessão económica de 1929, dos elevados custos da educação infantil e da fraquíssima cobertura (1%), vai extinguir os jardins de infância oficiais, criando a Obra das Mães pela Educação Nacional⁵⁰. Assume-se assim que a educação infantil é uma das funções essenciais da família e que o único papel da mulher é o de educar os filhos.

O Ministério da Educação deixa de ser progressivamente o responsável pela educação pré-escolar, com o argumento de que o alargamento do sistema público a toda a população seria insuportável para a "Tesouraria Pública", enquanto outros ministérios vão assumindo tais tarefas, tais como o Ministério do Interior, o Ministério das Corporações e Previdência Social e, mais tarde, o Ministério da Saúde e da Assistência (criado em 1958). O objectivo primordial destes serviços visava a diminuição da mortalidade infantil através da melhoria das condições de higiene e de alimentação.

Em meados da década de 50 a grande preocupação do Ministério da Educação era o ensino primário, não estando ainda directamente envolvido na educação para a primeira infância (embora não deixasse de incentivar a iniciativa privada). Existiam nessa altura várias instituições oficiais dependentes do Ministério do Interior (através da Sub-Secretaria de Estado da Assistência Social) que asseguravam a assistência a crianças provenientes de famílias desfavorecidas. É de referir o contributo que, a partir dos anos 50, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa deu à protecção e educação das crianças (Gomes 1977, p. 109).

Assim, é possível afirmar que, no nosso país, até 1966, a maioria dos centros existentes para crianças com menos de seis anos de idade não tinha objectivos educacionais, ao mesmo

tempo que o pessoal não tinha qualificações específicas, preocupando-se essencialmente com os cuidados e as necessidades mais básicas das crianças.

Só em 1971, com Veiga Simão como Ministro da Educação, a educação pré-escolar foi reintegrada no sistema educativo oficial. Esta medida, que fazia parte dum plano global para a remodelação total do sistema educativo português conhecido como a "Reforma Veiga Simão", foi entretanto interrompida devido à Revolução de 25 de Abril de 1974. A reforma incluía planos para a criação de escolas de formação de educadoras e para o alargamento da taxa de cobertura da educação pré-escolar. Em Julho de 1973, a educação pré-escolar foi finalmente reconhecida como parte integrante do Sistema Educativo oficial, começando a funcionar as duas primeiras escolas oficiais de formação de educadoras em Coimbra e Viana do Castelo. Esta medida é fruto da tomada de consciência pelos governantes de que a maioria dos estabelecimentos oficiais existentes não correspondia às necessidades educativas das crianças porque o seu pessoal carecia de uma formação profissional adequada.

De referir que as duas primeiras escolas de formação de educadoras de infância de iniciativa particular surgiram em 1954, em Lisboa, integradas num contexto religioso. Foram elas o Instituto de Educação Infantil (encerrado em 1975/76) e a Escola de Educadores de Infância (ainda em funcionamento). Desde 1939 existia, em Coimbra, um curso especializado para Enfermeiras Puericultoras Visitadoras de Infância, que pode ser considerado como o precursor das escolas de formação de educadoras. O seu objectivo original era a formação de assistentes sociais embora estivesse especialmente vocacionado para a assistência materno-infantil. Em 1958 foi dada autorização à Associação dos Jardins-Escolas João de Deus para formar educadoras. Nos anos 60, foram fundadas por todo o país várias instituições privadas para formação profissional de educadoras, pertencendo a maior parte delas a instituições religiosas. Reconhecendo a sua incapacidade ou falta de vontade política para assumir a tarefa, o governo dava a sua aprovação à fundação destas escolas privadas. Em 1965, e tendo em conta a quantidade de pessoal auxiliar a trabalhar em contextos pré-escolares sem qualquer tipo de formação, foram criados cursos intensivos de formação em serviço designados para preparação de auxiliares de educação de infância. A maior parte das instituições criadas nos anos 60 fecharam com as mudanças políticas trazidas pela revolução de 25 de Abril de 1974.

Será importante referir, no tempo anterior ao 25 de Abril de 1974, o papel desempenhado, no âmbito da formação contínua de educadores e de professores do 1º ciclo, pelo CEFEP (Centro de Formação Educacional Permanente) e pelo MEM (Movimento da Escola Moderna), bem como, no âmbito do IFAS (Instituto da Família e Acção Social do Ministério dos Assuntos Sociais), pelo CFAP (Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal). Este último organismo preocupava-se com a formação dos profissionais que trabalhavam nas instituições de índole assistencial.

O pós-25 de Abril e a "cidadania posta em acto"

A revolução iniciada pelo 25 de Abril obriga a profundas mudanças económicas e sociais em Portugal. Pode mesmo dizer-se que durante este período são as próprias comunidades

que se organizam, aproveitando os recursos locais para a implementação de novas instituições vocacionadas para a educação e o atendimento de crianças, aproveitando o ímpeto revolucionário, levando mesmo “a reboque” as autoridades, as quais são obrigadas a cobrir institucionalmente algumas dessas iniciativas. Muitas das vezes as iniciativas populares vão receber apoios financeiros e mesmo técnicos, dos poderes locais (câmaras, juntas de freguesia, paróquias) e de serviços dos Ministério da Educação e da Segurança Social. A título exemplificativo podemos citar a experiência da Escola Normal de Educadoras de Infância de Viana do Castelo que estará na origem da cobertura e apoio técnico aos movimentos populares que se geraram localmente (Vasconcelos, 1995). Poderemos dizer que, experiências deste tipo, as quais infelizmente não se encontram devidamente registadas entre nós, ocorreram em muitos locais em Portugal e sob várias modalidades: instituições para guarda e educação (nomeadamente por iniciativa de comissões de moradores ou de partidos políticos) e até mesmo para a formação de educadoras. A título meramente exemplificativo recordamos a experiência da Escola Popular de Educadoras de Infância do Porto que Joaquim Ferreira Gomes cita no seu trabalho (1977, p. 127), a qual formou educadoras que se destinavam a trabalhar com as comissões de moradores. Segundo Vasconcelos (1995), “a educação pré-escolar pública, nesses anos, desenvolveu-se não tanto através de leis e decretos emanados de instâncias governamentais, mas sim como resultado de uma cidadania posta em acto num processo de participação democrática. Esta democracia posta em acto significava a capacidade e o poder dos cidadãos – e especificamente dos pais – de pressionar o Governo no sentido de implementar experiências de qualidade para as crianças em idade pré-escolar” (Vasconcelos 1995, p. 117).

Foi após 1974 que, perante a dispersão dos serviços de educação infantil por vários ministérios, se começou a sentir a necessidade de uma maior coordenação de esforços. Estes serviços passaram então a estar dependentes de dois ministérios – o Ministério da Educação (ME) e o Ministério do Emprego e Segurança Social (MESS). De acordo com a filosofia do novo sistema pós-revolução, estender a pré-escolaridade a toda a população tornou-se um objectivo nacional, tendo em vista atenuar rapidamente as diferenças sócio-económicas e culturais, promover o bem-estar social e desenvolver as potencialidades das crianças (Estatuto dos Jardins de Infância, Decreto-Lei nº 542/79).

Linhas conceptuais, programáticas e organizacionais

Na análise dos diferentes Programas dos Governos Provisórios (203/74) (Fevereiro/75), das Comissões Interministeriais (MEC/MAS e Sindicatos, 1975), Leis e Decretos (Lei 5/77 de 1 de Fevereiro; Decreto-Lei 542/79), Constituição de 1975, Lei de Bases (Lei nº 46/86) e, finalmente o PRODEP (Programa de Desenvolvimento da Educação para Portugal), podemos extrair as seguintes linhas conceptuais, programáticas e organizacionais:

Linhas conceptuais: modelos, conceitos, objectivos para a educação pré-escolar em Portugal – Comissão Interministerial MEC/MAS e Sindicatos de Professores (27 de Junho

de 1975); Estatuto dos Jardins de Infância (Decreto/Lei 542/79); Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/86 de 14 de Outubro).

Neste trabalho entende-se por linhas conceptuais as tomadas de decisão sobre a educação pré-escolar que envolvam conceitos, esquemas de referência e modelos para a educação pré-escolar baseados em diferentes doutrinas, sistemas ou teorias. Podemos assim encontrar em algumas definições e objectivos da educação pré-escolar apresentados nos textos enunciados anteriormente as filosofias que os informaram. Exemplos: A Comissão Interministerial MEC/MAS e Sindicatos (1975) define deste modo a educação pré-escolar: “conjunto de acções de educação e protecção infantil que visam a promoção do bem-estar e desenvolvimento das crianças desde o nascimento até à idade da escolaridade obrigatória (0-6 anos) no meio familiar e/ou institucional” (citado por Gomes 1977, p. 121). O Estatuto dos Jardins de Infância (Decreto-Lei nº 542/79 de 31 de Dezembro) diz-nos no seu artigo 1º: “A educação pré-escolar é o início de um processo de educação permanente a realizar pela acção conjugada da família, da comunidade e do Estado, tendo em vista:

- assegurar as condições que favoreçam o desenvolvimento harmonioso e global da criança;
- contribuir para corrigir efeitos discriminatórios das condições sócio-culturais no acesso ao sistema escolar;
- estimular a sua realização como membro útil e necessário ao progresso espiritual, moral, cultural, social e económico da comunidade.” (p. 3478-(301) D. R. I Série nº 300 de 31-12-79).

O mesmo Estatuto, no seu artigo 2º indica quais os objectivos fundamentais da educação pré-escolar:

- contribuir para a estabilidade e segurança afectivas da criança;
- favorecer, individual e colectivamente, as capacidades de expressão, comunicação e criação;
- despertar a curiosidade pelos outros e pelo meio ambiente;
- desenvolver progressivamente a autonomia e o sentido da responsabilidade;
- incutir hábitos de higiene e de defesa da saúde;
- despistar inadaptações ou deficiências e proceder ao encaminhamento mais adequado;
- fomentar gradualmente actividades de grupo como meio de aprendizagem e factor de desenvolvimento da sociabilidade e da solidariedade;

– assegurar uma participação efectiva e permanente das famílias no processo educativo, mediante as convenientes interações de esclarecimento e sensibilização.” (DR, I Série – Nº 300 – 31/12/1979, pp. 3478-(302)).

A Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/86) vem reconhecer o papel da educação pré-escolar no sistema educativo, ressalvando, no entanto, no seu artigo 5º, (ponto 3) que “se destina às crianças com idades compreendidas entre os três anos e a idade de ingresso no ensino básico” e não reconhecendo as responsabilidades do Ministério da Educação na etapa dos zero aos três anos.

Linhas programáticas e organizacionais: Programa do Governo Provisório (Decreto-Lei 203/74); Linhas de Acção do Ministério da Educação e Cultura (Conselho de Ministros, 16 de Agosto de 1974); Programa de Política Económica e Social, vulgarmente conhecido por Plano Melo Antunes (Conselho de Ministros de 7 de Fevereiro de 1975); Comissão Interministerial MEC/MAS e Sindicatos de Professores (27 de Junho de 1975); Constituição da República Portuguesa promulgada em 2 de Abril de 1976; Programa do Governo apresentado à Assembleia da República em 2 de Agosto de 1976; Estatuto dos Jardins de Infância (Decreto Lei nº 542/79); Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/86 de 14 de Outubro) e PRODEPE (Programa de Desenvolvimento da Educação para Portugal, Ministério da Educação, 1992); Decreto-Lei nº 173/95 de 20 de Julho e Despachos 68/ME/95 e 69/ME/95.

Por linhas programáticas e organizacionais entendemos todos os aspectos legislativos e outros que tenham a ver com o fornecimento de programas pré-escolares para as crianças, modo de funcionamento dos programas e das escolas, custos, pessoal e sua formação, bem como o aumento e a diversificação da cobertura e dos recursos pré-escolares. Exemplo: Na Lei 203/74 de 15 de Maio (Junta de Salvação Nacional) pretendia-se a “ampliação dos esquemas, de acção social escolar e de educação pré-escolar envolvendo obrigatoriamente o sector privado, com vista a um mais acelerado processo de implantação do princípio de igualdade de oportunidades” (Gomes 1977, p. 118). Em “Linhas de Acção do Ministério da Educação e Cultura”, aprovadas no Conselho de Ministros de 16 de Agosto de 1974, o Segundo Governo Provisório propôs: “preparar jardineiras para os jardins de infância, quer enviando ao estrangeiro bolsistas, quer instituindo desde já uma nova escola de preparação no nosso país. Aqui há que partir quase do zero. O auxílio do ensino particular não é de considerar, porquanto se trata de escolas infantis já superlotadas e, porque pagas, frequentadas só por certas camadas da população” (...) Uma verdadeira reforma do sistema educacional “tem de alicerçar-se na criação de uma rede nacional de jardins de infância, pois é desde a tenra idade que se jogam as possibilidades de igualizar as oportunidades para as crianças vindas de diferentes extractos sociais e culturais” (Gomes, 1977, p. 119).

A Constituição da República Portuguesa, promulgada a 2 de Abril de 1976, dispõe que incumbe ao Estado “criar um sistema público de educação pré-escolar” (art. 74.0). No Programa do Governo apresentado à Assembleia da República em 2 de Agosto de 1976 diz-se: “Apontar-se-á para a criação de um sistema de educação pré-escolar oficial em que se inte-

grem os estabelecimentos actualmente a cargo dos vários Ministérios (Gomes 1977, p. 124).

As várias Comissões Interministeriais, a de 1975 e, mais recentemente, uma constituída em 1990, previam não só a articulação dos serviços pré-escolares oriundos dos diversos Ministérios, mas também reestruturações de base, formação profissional, partilha de responsabilidades e aumento da rede de cobertura de educação pré-escolar, etc.

No mesmo sentido vai o PRODEP (Programa de Desenvolvimento da Educação para Portugal, 1992) onde se propõe a criação de novos serviços que possam aumentar a cobertura dos recursos pré-escolares. Convém recordar que as taxas de cobertura da educação pré-escolar para Portugal apontadas por diferentes fontes referem os seguintes números: 32% (IEA/PPP, Bairrão 1988, 1992); 30% (DEP/GEF, Sistema Educativo Português, Situação e Tendências, 1991, p. 18). Ainda segundo outras fontes (Formosinho, 1994) aponta-se para uma taxa de cobertura em 1992 de 53% (ME/DEPGEF, 1993). De qualquer modo, no Boletim do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação (nº 3, Dezembro de 1989), Grandes Opções do Plano, que refere uma taxa de cobertura de 30%, diz-se: “Para atingirmos a desejável percentagem de oferta em 1993 para 90% das crianças para os cinco anos, importa: 1. aumentar consideravelmente o número de jardins de infância quer de iniciativa autárquica quer privada; 2. alargar os pólos de educação itinerante para crianças vivendo em povoações isoladas com insuficiente número de crianças para abertura de um jardim de infância, crianças que, pelo seu isolamento, são potenciais candidatas ao insucesso escolar” (p. 2).

A educação itinerante foi iniciada, a nível oficial, experimentalmente, em Fevereiro de 1989. Desde essa data até hoje estão disseminados pelo país vários pólos de itinerância, nomeadamente em zonas rurais e populacionalmente desfavorecidas, os quais não ultrapassarão uma vintena (Cruz, 1996, comunicação pessoal). Os pólos de itinerância oficiais são de iniciativa do Ministério da Educação e das Direcções Regionais de Educação. No âmbito do Instituto das Comunidades Educativas (ICE, 1993) funciona também um Projecto de Educação de Infância Itinerante.

Anteriormente haviam sido ensaiadas experiências no âmbito da itinerância, nomeadamente no Fundão (1977/78) e em aldeias dos arredores do Porto, no âmbito dos Programas de Animação Infantil (Graal, 1979-1983). Estes projectos, apesar de serem iniciativas privadas e financiadas por organizações estrangeiras (no caso do Projecto do Graal foram financiados pela Fundação CEBEMO, Holanda), contaram, ao abrigo do Decreto-Lei sobre as experiências pedagógicas (ME), com o destacamento de educadoras da rede pública oficial, mantendo-se os organismos centrais do Ministério da Educação informados sobre o desenvolvimento e resultados destas experiências.

Modelos curriculares

Entende-se por modelo em educação pré-escolar um conjunto de teorias e conceitos que estão na base de práticas diversificadas de ensino-aprendizagem em crianças em idade

pré-escolar. Por currículo entende-se uma sequência organizada de tarefas ou propostas de tarefa de ensino-aprendizagem, bem como a utilização de materiais, tudo isto decorrendo num determinado cenário. Essas sequências de aprendizagem são geralmente organizadas em função da idade (adequadas desenvolvimentalmente, Bredekamp, 1989) e culturalmente matizadas e diversificadas. São também, a maior parte das vezes, teoricamente fundamentadas. Por programa entende-se o conjunto de modelo, currículo, bem como outros aspectos organizacionais individualizantes.

Bairrão et al. (1990) consideram que a maior parte dos educadores portugueses seguem modelos indiferenciados. No mesmo sentido vai Evans (1982), ao considerar que a prática tradicional de jardim de infância é um "pot-pourri", uma mistura de várias práticas, sem a existência de linhas condutoras bem diferenciadas, o que origina, a maior parte das vezes, uma não consciência dos referenciais teóricos que implicitamente influenciam a sua prática pedagógica.

No entanto, podemos apontar como modelos mais vulgarmente praticados entre nós, o modelo dos jardins-escola João de Deus, o modelo do Movimento da Escola Moderna; o modelo *High/Scope* (também conhecido por currículo de Orientação Cognitiva ou Cognitivista) e a abordagem metodológica conhecida por Trabalho de Projecto (também referenciada em termos de Pedagogia de Projecto). Parece ser esta última a mais geralmente difundida nos jardins de infância oficiais, sendo os restantes praticados de forma muito restrita, sob a égide de experiências pedagógicas, embora os seus mentores e praticantes os considerem modelos não-experimentais. Nós consideramo-los experiências piloto dado o seu baixo número. Segundo dados do Sistema Educativo Português (DEP/GEF, 1991, p. 25), nos jardins de infância da rede pública do Ministério da Educação, nos da rede da Segurança Social e nos da rede privada (Ensino Particular e Cooperativo e IPSS), estes programas pré-escolares apenas são praticados numa percentagem muito baixa, não ultrapassando uma escassa centena de jardins de infância.

O modelo dos jardins-escola João de Deus, inspirado nos ideais republicanos, vai beber a sua origem ao trabalhos de Froebel, Montessori e Décroly, então disseminados na Europa. O método João de Deus foi inspirado em algumas ideias da "Escola Nova"⁽⁶⁾, estabelecendo "um programa de desenvolvimento perceptivo e de estimulação do gosto de observar e de criar". Aquilo que caracteriza mais este modelo é uma aprendizagem da leitura "entendida como estimulação, iniciação e exercício de capacidades" que deve ser iniciada na fase pré-escolar. João de Deus Ramos considerava a aprendizagem da leitura e da escrita como uma unidade, não devendo ser feita em escolas separadas. Daí que os jardins-escola João de Deus recebam crianças entre os 3 e os 8 anos e, ainda hoje, utilizem a "Cartilha Maternal" (João de Deus, 1830/1898) como metodologia de iniciação à escrita.

O modelo do Movimento da Escola Moderna foi aplicado em Portugal desde os anos sessenta. Niza (1994)⁽⁷⁾ apresenta um esquema conceptual para o modelo onde se podem encontrar as três finalidades formativas ou dimensões interdependentes "que dão sentido ao acto educativo" (p. 4): 1. a iniciação às práticas democráticas; 2. a re-instituição dos valores e das significações sociais; 3. a re-construção cooperada da Cultura" (p. 4). Decorrem destas

finalidades sete princípios de estruturação educativa, salientando-se, entre eles, "a actividade escolar enquanto contrato social e educativo"; "os processos de trabalho escolar" enquanto reprodutores de "processos sociais autênticos"; "a informação partilha-se através de circuitos sistemáticos de comunicação de saberes e das produções culturais dos alunos; os alunos "intervêm ou interpelam o meio social e integram na aula 'actores' comunitários como fonte de conhecimento nos seus projectos" (pp. 5-7). Mais concretamente ligado ao currículo, Niza (1994) assume três pressupostos básicos do processo educativo, que são a constituição de grupos heterogêneos, o clima de "livre expressão" e, finalmente, a valorização da "interrogação", ou seja, "o permitir às crianças um tempo lúdico da actividade exploratória das ideias, dos materiais ou dos documentos..." (p. 9). O espaço educativo organiza-se em seis oficinas ou "ateliers" (na tradição Freinet) e numa área central para trabalho colectivo. No que diz respeito à orientação do processo ensino-aprendizagem, Almeida (1987) faz uma exaustiva descrição do modelo e de uma semana-tipo num jardim de infância.

Segundo Figueira (1991, texto policopiado) o *Curriculo de Orientação Cognitivista* foi concebido e divulgado pela Fundação Educacional *High/Scope*, com sede em Ypsilanti, Michigan, Estados Unidos e define-se como uma estrutura inovadora e aberta para promover o desenvolvimento (p. 1). São os seguintes os pressupostos do modelo: as capacidades da criança desenvolvem-se ao longo da vida numa sequência previsível; em cada fase do desenvolvimento surgem novas capacidades; o potencial de desenvolvimento e de aprendizagem das crianças é promovido através de um ambiente rico em solicitações (Figueira, 1991, texto policopiado). Oliveira-Formosinho (1996) descreve amplamente a contextualização do modelo curricular *High-Scope* no âmbito do Projecto Infância.

A *Pedagogia de Projecto*, atrás referenciada como uma das abordagens pedagógicas mais difundidas entre nós, foi divulgada segundo Vasconcelos, 1994 (texto policopiado), a partir de inúmeras acções de formação dirigidas às educadoras de infância da rede pública e organizadas pela, então, Divisão da Educação Pré-Escolar (DGEBS/ME). No entanto, apesar dos textos oficiais, a contextualização e difusão desta abordagem metodológica (Vasconcelos, 1994), não constituiu uma verdadeira aplicação do "project method" (Kilpatrick, 1918), a qual é uma metodologia "centrada na resolução de problemas", iniciando, assim, as crianças aos princípios, etapas e faseamentos do método científico.

Progressivamente, e desde 1990 (Vasconcelos e Moita, 1990), grupos de educadores têm preconizado a importância do lançamento de orientações curriculares para a educação pré-escolar, ao mesmo tempo que se consolidam os modelos pedagógicos já existentes e se posam, eventualmente, ensaiar novas práticas e perspectivas num sentido de construção da qualidade a par do processo de expansão da rede de educação pré-escolar.

A Lei 5/97 (Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar) vem consagrar a tutela pedagógica única por parte do Ministério da Educação e contempla, no âmbito das suas competências, a elaboração de orientações curriculares.

NOTAS

- ⁽¹⁾ O criador e impulsionador dos jardins-escola João de Deus foi o pedagogo João de Deus Ramos (1878/1953), filho do poeta João de Deus (1830/1896), autor da "Cartilha Maternal".
- ⁽²⁾ Segundo Ferreira Gomes (1977) "João Diogo (1868/1923) criou, no Colégio da Boavista (que fora fundado pelo pai de Ramalho Ortigão), num pavilhão construído com essa intenção, um jardim infantil que foi dirigido por uma jardineira alemã, segundo o método froebeliano (Gomes 1977, p. 50).
- ⁽³⁾ Segundo Ramirez, Penha e Loff (1988) "a primeira legislação sobre creches surge ainda no tempo da Monarquia - Decreto de 14 de Abril de 1891 (artigo 21), como consequência da Conferência de Berlim (1890). Este Decreto estabelecida a obrigatoriedade das fábricas com mais de 50 trabalhadores do sexo feminino possuírem uma creche com os necessários requisitos higiénicos, possibilitando que diversas fábricas pudessem instalar uma creche em comum para os filhos dos respectivos operários (p. 9)".
- ⁽⁴⁾ No "Relatório da Bolseira Irene do Céu Vieira Lisboa" (Junta da Educação Nacional. Tip. da Seara Nova, Lisboa, 1933) Irene Lisboa relata o seu contacto com diversas experiências de educação pré-escolar a nível europeu e aponta para as "Bases para um Programa de Escola Infantil".
- ⁽⁵⁾ Segundo Ferreira Gomes (1977), com a entrada para o Governo, em 18.1.1936, de Cameiro Pacheco, "vai verificar-se uma mudança de rumo, resultado, ao menos em parte, de uma certa filosofia, segundo a qual a educação, e de modo especial a educação de infância, era missão da família. Com efeito, em 15 de Agosto de 1936, são aprovados, pelo Decreto-lei n.º 26.893, os Estatutos da Obra das Mães pela Educação Nacional, os quais cometiam àquela associação, entre outros encargos, o de promover e assegurar em todo o país a educação infantil pré-escolar, em complemento da acção da família" (p. 90-92).
- ⁽⁶⁾ Ferrière (França); Claparède (Suíça); expoentes portugueses foram Adolfo Lima, Irene Lisboa; Faria de Vasconcelos.
- ⁽⁷⁾ Segundo Niza (texto policopiado, 1994) "A criação do Movimento decorre da fusão de três práticas convergentes: a concepção de um município escolar, numa escola primária de Évora, a partir da proposta de Educação Cívica de António Sérgio, em 1963/64; a prática de integração educativa de crianças deficientes visuais do Centro Infantil Helen Keller apoiada nas técnicas Freinet; a organização, por Rui Grácio, dos cursos de Aperfeiçoamento Profissional no Sindicato Nacional de Professores, entre 1963 e 1966. É justamente em 1966, que se funda o Movimento da Escola Moderna por transformação do Grupo de Promoção Pedagógica constituído no Sindicato. O MEM enquadrou-se na Federação Internacional dos Movimentos de Escola Moderna, no ano da morte de Célestin Freinet (1966) e em plena polémica aberta pela Pedagogia Institucional criada pelo grupo dissidente de Paris que muito inspirou os primeiros passos do Movimento Português" (Niza, 1994, texto policopiado, p. 1).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, R. G. (1987). Um modelo de trabalho em jardim de infância. *Cadernos do COOMP*, 9, 10, 47-66.
- Bairrão, J., Barbosa, M., Borges, L., Cruz, O. & Macedo-Pinto, I. (1990). *Perfil Nacional dos Cuidados prestados às crianças com idade inferior a seis anos*. Lisboa: Fundação Gulbenkian.
- Bairrão, J. & Tietze, W. (1995). *A educação pré-escolar na União Europeia*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Bredenkamp, S. (Org.) (1987). *Developmentally appropriate practice in early childhood programs serving children from birth through age 8*. Washington DC: NAEYC.
- Cruz, I. (1992). A educação de infância itinerante no âmbito do projecto ECO. *Inovação*, Vol. 5, 1, 93-212.
- Evans, E. (1982). Curriculum models and early childhood education. In B. Spodek, (org.), *Handbook of Research in early childhood education*, pp. 107-134. Nova Iorque: The Free Press.
- Fenprof (1991). *1ª Conferência Nacional de Educação Pré-Escolar*, 27-29 Nov.
- Figueira, C. (1991). *O currículo de orientação cognitiva*. (texto policopiado).
- Formosinho, J. (1994). *Parecer 1/94: A educação pré-escolar em Portugal*. Lisboa: Conselho Nacional de Educação.

- Gomes, J. F. (1977). *A educação Infantil em Portugal*. Coimbra: Livraria Almedina.
- ICE (1993). Projecto de Educação de Infância Itinerante.
- Kilpatrick, W. H. (1918). The project method. *Teachers College Record*, 19, 319-335.
- Lisboa, I. (1944). *Modernas tendências da educação*. Lisboa: Ed. Cosmos.
- Niza, S. (1994). *O modelo curricular de educação pré-escolar da escola moderna portuguesa*, (texto policopiado).
- Oliveira-Formosinho, J. (1996). A contextualização do modelo curricular High-Scope no âmbito do Projecto Infância. In J. O. Formosinho (Org.), *Modelos Curriculares para a Educação de Infância*. Porto: Porto Editora.
- Ramirez, E., Penha, T. & Loff, P. (1988). *Criança portuguesa: Que acolhimento?* IAC e Rede Europeia de Acolhimento de Crianças.
- Vasconcelos, T. (1990). *Situação da educação infantil nos estados-membros da CEE*. LISBOA: GEP.
- Vasconcelos, T. & Moita, M. C. (1990). A educação pré-escolar no quadro da Reforma Educativa: Algumas considerações. *Correio Pedagógico*, 44, 1-2.
- Vasconcelos, T. (1994). *Das perplexidades em torno de um hamster ao processo de pesquisa: Trabalho de projecto em jardim de infância*, (texto policopiado).
- Vasconcelos, T. (1995). *Houses and fields and vineyards shall yet again be bought in this land: the story of Ana, a public kindergarten teacher in Portugal*. Tese de doutoramento. University of Illinois, EUA.

ABSTRACT

Using an historical perspective, the development of preschool education in Portugal is analysed. An exhaustive description of conceptual, programmatic and organizational lines developed after 25th April, 1974, is presented, as well as the main curriculum models practised by early childhood professionals.

RESUME

En utilisant une perspective historique, on analyse dans cet article, l'évolution de l'éducation préscolaire au Portugal. On y fait une description des lignes conceptuelles, programmatiques et organisationnelles produites après le 25 avril 1974. Les modèles pédagogiques, les plus pratiqués par les professionnels, sont brièvement décrits.